


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1007651-32.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**  
 Requerente: **CANDIDO JOSÉ NASCIMENTO**  
 Requerido: **DAVID INÁCIO DA SILVA**

**C O N C L U S ã O**

Em 12 de novembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema. Eu, \_\_\_\_\_, Marcos Eduardo dos Santos, Oficial Maior, subscrevi.

CANDIDO JOSÉ NASCIMENTO move *ação de despejo* cumulada com *ação de cobrança de aluguéis e acessórios da locação, com pedido de antecipação de tutela* contra o locatário DAVID INÁCIO DA SILVA, sustentando que alugou ao réu o imóvel descrito na inicial, todavia este não efetuou o pagamento dos aluguéis vencidos a partir de 19 de junho de 2004, bem como contas de energia, de água e seguro, como discriminado na inicial.

Ao final, pleiteia o despejo e a condenação do réu ao pagamento dos débitos.

O pedido liminar foi indeferido (página 22).

Regularmente citado (página 28), para no prazo legal, purgar a mora ou apresentar defesa, o réu ficou-se inerte.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Julgo o pedido na forma do art. 330, II do CPC, diante da revelia.

A ação é procedente uma vez que, com a revelia, presumem-se verdadeiros

**- lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

os fatos alegados na inicial, de modo que, não havendo pagamento dos aluguéis e acessórios locatícios, impõe-se a rescisão do contrato com o consequente despejo, bem como a condenação do réu ao pagamento do montante devido.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação e:

a) decreto o despejo do réu do imóvel descrito na inicial, concedendo o prazo de 30 dias para desocupação voluntária, fixado, para o caso de execução provisória, a caução em seis aluguéis.

b) condeno o réu a pagar ao autor os aluguéis vencidos, todos no valor inicial de R\$ 1.210,00, desde junho/2014 até a data da efetiva desocupação, com incidência de correção monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde cada vencimento;

c) condeno o réu a pagar ao autor as contas de energia elétrica e água discriminadas na inicial, além de outras que se vencerem até a data da efetiva desocupação.

No mais, condeno o réu nas custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor da condenação acumulada até a prolação da presente sentença.

É desnecessária a intimação pessoal do réu a respeito desta sentença pois, nos termos do art. 322 do CPC: “contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório”.

Ficam desde já o réu ciente, com a simples publicação desta sentença em cartório na forma do art. 322 acima transcrito, que o termo inicial do prazo de 15 dias para pagamento voluntário, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do Código de Processo Civil, consistirá no trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação, consoante precedentes que seguem: AgRg no


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

REsp 1076882/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 08/10/2008; REsp 954.859/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2007, DJ 27/08/2007 p. 252.

Transitada em julgado, expeça-se mandado de notificação / despejo.

P.R.I.

24 de novembro de 2014

Daniel Felipe Scherer Borborema

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**